

## Os desafios da escrita jurídica: o impacto do uso inadequado das palavras na construção textual

### Autor(res)

Márcio Alexandre Do Nascimento Chagas

Cristiano Fernandes

Jeferson De Oliveira

Mitterrand Alves Anselmo

Andréa Cristiane Guimaro

Clarice Vaz Peres Alves

Miguel Pinto Netto

### Categoria do Trabalho

Iniciação Científica

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE SUMARÉ

### Introdução

Entende-se que a escrita jurídica exerce um papel fundamental na comunicação na área do Direito, viabilizando o registro preciso de normas, decisões e manifestações. No entanto, dificuldades gramaticais podem comprometer a clareza e a eficácia dos textos acadêmicos, prejudicando a coesão, a coerência e a argumentação jurídica. É importante ressaltar que a eficácia de uma escrita adequada não se restringe à formalidade processual, mas também à capacidade de persuasão e clareza na exposição das razões que justificam a intervenção do Poder Judiciário (Rodriguez, 2024). Este estudo considera a observação do impacto desses desafios na produção textual de estudantes de Direito, da Faculdade Anhanguera de Sumaré, considerando atividades de escrita e reescrita desenvolvidas individualmente e em colaboração, mediadas por processos interpsicológicos.

### Objetivo

O objetivo é analisar o impacto do uso inadequado de palavras na escrita jurídica, mostrando como a escolha imprecisa de termos pode afetar a transmissão da ideia. A pesquisa focou em atividades de escrita e reescrita individuais e colaborativas, mediadas por processos interpsicológicos, visando aprimorar a qualidade e a expressão escrita dos alunos de Direito.

### Material e Métodos

A pesquisa seguiu uma abordagem intervencionista e qualitativa para descrever e compreender o fenômeno estudado. A intervenção pedagógica, "Escrita Jurídica: teoria e prática", foi realizada em quatro instituições do grupo Cogna, incluindo a Faculdade Anhanguera de Sumaré, por se tratar de um grupo de estudos multicêntrico, no segundo semestre de 2024. O projeto foi aprovado pelo comitê de ética em 2023. O curso incluiu 10 encontros presenciais de 2h30 cada, entre agosto e novembro, com 14 acadêmicos de Direito.

As atividades focaram na prática de escrita argumentativa sobre temas jurídicos polêmicos, utilizando a ferramenta

WebQuest para pré e pós-testes. Os participantes também realizaram revisões colaborativas e individuais, culminando na reescrita dos textos. A avaliação incluiu triangulação de dados com questionários e análise documental de 28 textos, baseando-se em critérios de cinco aspectos lógico-semânticos e linguísticos.

### Resultados e Discussão

A coleta de dados ocorreu por meio do curso de extensão aplicado aos alunos do curso, utilizando pré e pós-testes. No pré-teste, a análise da precisão vocabular revelou que 11 estudantes escolheram adequadamente as palavras, atendendo plenamente ao critério, enquanto 3 apresentaram desempenho parcial. Nenhum texto foi classificado negativamente. A maioria demonstrou competência na seleção de termos, expressando claramente as ideias, embora alguns tenham mostrado imprecisão lexical.

Já no pós-teste, 5 participantes avaliaram que atenderam plenamente ao critério de precisão vocabular, enquanto 9 o cumpriram parcialmente. Nenhum considerou que não atendeu ao critério. Esses resultados indicam avanços na escolha das palavras, mas também reforçam a persistência de dificuldades lexicais. A análise evidencia a necessidade de aprimorar a coesão e a precisão lexical, pois a falta desses elementos pode comprometer a clareza e a eficácia da comunicação escrita (Gidi, 2023).

### Conclusão

A pesquisa mostrou avanços na precisão vocabular na escrita jurídica, com melhorias na clareza e organização dos textos dos alunos da Faculdade Anhanguera de Sumaré. O pré-teste apontou dificuldades na escolha de palavras, enquanto o pós-teste revelou progresso parcial, destacando a importância da prática contínua para aprimorar a expressão escrita. Os resultados indicam que o desenvolvimento da escrita jurídica exige esforços processuais e estratégias que promovam coesão e adequação lexical.

### Agência de Fomento

FUNADESP-Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular

### Referências

GIDI, Antonio. *Redação Jurídica Estilo Profissional: Forma, Estrutura, Coesão e Voz*. Capa comum. 2023. 640 p. Editora Juspodivm, 2024. ISBN 978-8544251348.

RODRIGUEZ, V. G. *Argumentação Jurídica*. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2024. 590 p. ISBN 978-85-469-0617-8.